

JORNAL DO BRASIL
24 ABR 1990

Sócios da Falência Congresso

Em vinte anos, as condições corporativas de Brasília geraram e liquidaram o Supermercado do Congresso, mantido com artificialismo que não percebe diferença entre lucro e prejuízo na capital federal. A criação de uma cooperativa de altos funcionários da Câmara e do Senado serviu de tapume à construção do supermercado que, logo depois, alojava-se num galpão de dois andares, com 2 mil metros quadrados, estacionamento para 50 automóveis, em área oficial onde era proibida essa espécie de atividade.

Iniciativas sem risco, montadas no dinheiro alheio, tendem a crescer em todas as direções. Logo apareceu um açougue, com 5 balcões frigoríficos; depois uma loja de roupas, outra de brinquedos e uma agência de viagens. Como não podia deixar de acontecer, faliu: é da natureza desses empreendimentos gerar prejuízos sem prestar satisfações e sem pagá-los. O supermercado não conseguiu sobreviver à má gestão e, como é de praxe onde imperam valores burocráticos, vai reabrir agora nas mãos de um fazendeiro. A cooperativa descobriu tarde o segredo: ficará com 1,5 por cento da renda líquida do esforço particular. Cooperativas são incompatíveis com lucros de terceiros.

Parece solução mas não passa de empulhação. Não há riscos à rigôr, mas incompetência (no mínimo). Entre um supermercado que atende

os sócios de uma cooperativa de funcionários da Câmara e do Senado, e a abertura do estabelecimento à população, a situação muda. Outras coisas deveriam mudar. Mas o que vai mudar é só o universo de clientes. O supermercado, em mãos particulares, venderá pneus e peças sobressalentes de automóveis. Quem faliu vendendo cafezinho e água mineral ao Congresso deve explicações, ainda que dadas por fora.

O presidente da Câmara percebeu em tempo útil que a moralização pode ser um bom negócio. O deputado Paes de Andrade podia mandar saber se esse negócio não ficou devendo também uma satisfação à opinião pública, do jeito que o eleitor gosta. E pagá-la antes das eleições. A moralização da Câmara não convenceu.

A cooperativa não confessa os números. Vê-se que o negócio é bom, pois um fazendeiro não iria arrendar o supermercado para ter prejuízo ou ganhar a simpatia dos funcionários do Congresso. O respeitável público até hoje não ficou sabendo porque, com todas essas vantagens, a cooperativa faliu. Ninguém soube de alguém legalmente responsabilizado. Na Esplanada dos Ministérios, não há supermercado que possa falir sem razões extraeconômicas. O mínimo que se espera é o restabelecimento da moralidade, já que não dá para todos se locupletarem.